

**CONFLITOS DE TERRA
TRIANGULO**

Frutal

Triangulo Mineiro

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRUTAL - MG.

FUNDADO EM 11/06/76
CGC 20.024.501/0001.15

Carta Sindical Nº 301.340/77 Reconhecida pelo MTB 02/05/78
Sede: Rua Minas Gerais, 168 - Esquina com 21 de Abril

FRUTAL - MG.

Ofício: 005/85
Assunto: Envia informações

Ao: Presidente da FETAEMG - André Montalvão da Silva

FETAEMG -
SAG
CGC
30/06/85



Prezado Companheiro,

22/11/79

Estamos-lhe enviando algumas informações sobre o Assassina-
to de DURVAL VENTURA DE SOUSA; Quanto ao Criminoso, ele está
trabalhando em uma fazenda, e a noite ele dorme no QUARTEL da
PM, só que nos gostaríamos que ele estivesse PRESO PREVENTIVO.

O julgamento dele se deu no começo do mês de Fevereiro desse
ano, a Pena foi de (4) Quatro anos.

Sendo só para o momento reiteramos protesto de estima e con-
sideração.

Subcrevo-me;

João Vicente Filho

João Vicente Filho, Pres.

Frutal, MG. 26/07/85

Ruelis de Oliveira

AO Sr: André Montalvão da Silva

Rua - Álvares Maciel nº 154

Belo Horizonte - MG

CEP: 30.000

06/11/93

ESTADO DE MINAS

Fazenda sofre ocupação no Triângulo-MG

A fazenda **Córrego do Chapéu**, situada em **Limeira do Oeste**, no Pontal do **Triângulo Mineiro**, foi invadida na madrugada da quinta-feira por 60 famílias de sem-terra. A fazenda tem 2,8 mil hectares, fica a 15 quilômetros da sede do município e pertence ao espólio de Filadélfio Rodrigues de Lima. Segundo informou o vereador Ademar Benazetti, não houve conflito durante a invasão. Policiais chegaram ao local no final daquela dia e permaneciam até ontem.

Os invasores estavam acampados há cerca de um ano à margem da BR 497, em trecho entre os municípios de União e Iturama. No final da tarde de ontem o juiz de Iturama, Dirceu Wallace Barone, concedeu liminar aos proprietários, que permite a retirada das famílias. Dois oficiais de Justiça foram à fazenda no início da noite para comunicar a decisão aos sem-terra.

Em Belo Horizonte, a direção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não estava informada dos fatos ocorridos no Pontal do Triângulo. A superintendente adjunta, Agar Pimentel, relatou que nenhuma autoridade local ou parte interessada havia procurado o órgão federal.

Ela conta que esteve no final de outubro em Limeira do Oeste para fazer a entrega de autorizações de ocupação a 40 famílias no projeto de assentamento Iturama. Neste projeto já estão assentadas outras 140 famílias desde abril deste ano.

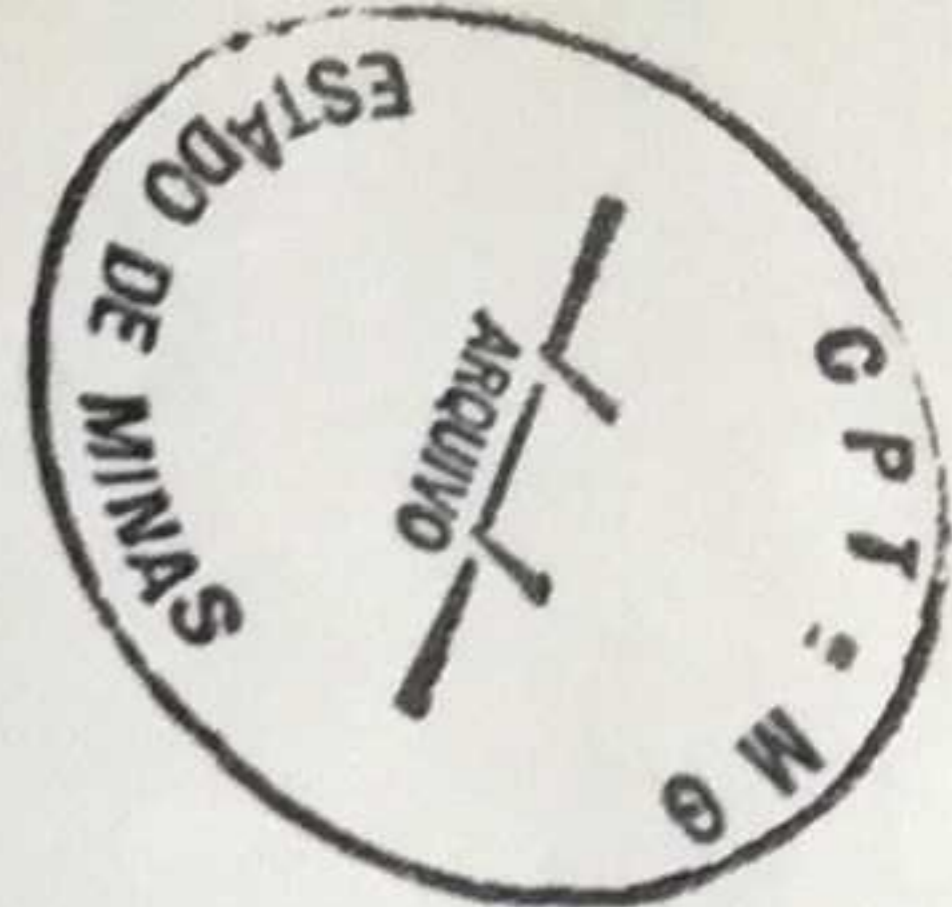
Sem-terra vão ao presidente do Incra

As cerca de 60 famílias de sem-terra que ocuparam na madrugada de quinta-feira a fazenda Chapéu, em Limeira do Oeste, no Triângulo Mineiro, encontram-se agora acampadas na porta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iturama. Elas foram despejadas da área por ordem do juiz Dirceu Wallace Barone, que concedeu liminar à ação movida pela proprietária do terreno de 580 hectares, Maria Elizabete Silva Lima. Uma comissão de trabalhadores irá se encontrar amanhã às 10h30 em Brasília com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Osvaldo Russo, para pedir vistoria no local e desapropriação para assentamento.

O presidente do Sindicato, Edvaldo Oliveira da Silva, informou ontem à tarde que uma comissão esteve com o prefeito de Iturama, Aelton José Freitas, para pedir passagens para os trabalhadores irem a Brasília. Eles reivindicam ainda plástico para as barracas e leite para as crianças (cerca de 30).

A Fazenda Chapéu faz parte de um espólio de seis proprietários e soma um total em torno de três mil hectares. Oliveira explica que existem cerca de 1.440 hectares sem documentação e já foi pedida, há cerca de 20 dias, ao presidente do Incra, em Brasília, a vistoria no local e destinação para assentamento dos sem-terra. Mas até agora não tiveram resposta.

A superintendente-adjunta do Incra-MG, Agar Pimentel, garantiu ontem que não havia recebido qualquer comunicado oficial da ocupação dos sem-terra na Fazenda Chapéu nem de Brasília para implementar a vistoria. Afirmou que não sabe quem são os sem-terra que ocuparam a Fazenda Chapéu.



Reivindicações do trabalhador rural

Reforma agrária ampla: uma política agrícola voltada para os pequenos produtores, com o fim da violência no campo; fim do arrocho salarial com liberdade e autonomia sindical; e criação da previdência social rural são as principais reivindicações de ordem política aprovadas ontem pelos 700 trabalhadores rurais que participam, no Mineirinho, do I Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais.

O congresso é resultado de 11 encontros regionais, e dele surgirá um documento a ser apresentado no 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, marcado para o período de 25 a 30 de maio, em Brasília. Da soma, discussão e aprovação dos documentos estaduais sairá um documento geral dos trabalhadores rurais brasileiros, a ser entregue ao novo governo.

Os delegados que participam do congresso mineiro confiam que Tancredo Neves será o próximo presidente, e se abstiveram de discutir se é legal ou não a sua eleição indireta. "O que nós queremos, agora, não é discutir o momento político, que ele já está definido. Queremos ter clareza de nossas reivindicações e do estilo de democracia que estamos buscando. E cobrar do novo governo a implantação desta democracia", esclareceu André Montalvão, presidente da FETAEMG.

Outro ponto de vista defendido no Congresso Mineiro, que se encerra hoje, com aprovação do documento às 15h, é de que os trabalhadores rurais devem redobrar suas atenções nas próximas eleições parlamentares, "pois estarão elegendo deputados que compoem a Assembléia Constituinte, que nós esperamos seja livre e soberana".

Denúncias

Como sempre acontece nesses congressos, os conflitos de terra, a violência no campo, as grilagens e os assassinatos de trabalhadores rurais são denúncias frequentes, mostrando que a questão agrária, no Brasil, continua grave e de difícil solução.

Uma nova denúncia foi feita pelo trabalhador Sebastião Joaquim de Lima, de Iturama. Ele e mais 10 famílias acabam de ser despejados da Fazenda Soledade, onde viviam há 15 anos, plantando arroz, milho, algodão, feijão e café.



As denúncias de Sebastião Joaquim de Lima

Há 12 anos que o proprietário da Fazenda, Clésio de Paula, tenta tirá-los da terra, sem sucesso. No dia 9 deste mês ele conseguiu. Loteou toda a fazenda, vendeu parte das terras, e mandou a polícia derrubar as casas dos trabalhadores, com uma ação de despejo.

Segundo Sebastião Joaquim de Lima, os policiais chegaram armados e as famílias não reagiram, saindo dos barracos, que em seguida foram destruídos. Sem casa onde morar e sem terra para plantar, as famílias tentam empregos nas fazendas, que têm apenas pastagens para gado de corte.

"Perdemos nossas plantações, nossas casas e não temos onde arranjar emprego, porque nenhum fazendeiro está plantando em Iturama. É tudo pasto. E não há trabalho. Estamos passando fome e sem lugar para ficar, e viemos pedir a ajuda de vocês", disse Sebastião.

A FETAEMG já enviou um advogado a Iturama para estudar o caso, mas, ao que tudo indica, só uma reforma agrária garantiria novas terras aos trabalhadores. Enquanto isso, foi aprovada uma moção de solidariedade aos posseiros expulsos, e a entidade vai organizar uma campanha de alimentos, roupas e reconstrução dos barracos das famílias, "até que uma nova política solucione os problemas do campo".